

**PROCESSO Nº:** 004728/2022

**ASSUNTO:** Denúncia

**INTERESSADO:** Sigiloso

**RELATOR:** Antonio Ed Souza Santana

**DESPACHO**

NATAL/RN, 23/05/2023.

1. Trata-se de Denúncia apresentada em 20/12/2022, por cidadão, que versa sobre potenciais irregularidades no âmbito do Município de Pedro Avelino/RN, a qual foi autuada com o tipo “Documento”, espécie “Comunicação de Irregularidades”, nos moldes do art. 3.º da Resolução nº 016/2020-TCE.

2. Na sua petição, o Denunciante apontou a existência de supostos processos seletivos fracionados e dirigidos entre 23/04/2021 e 18/10/2021, que teriam sido publicados no Diário Oficial dos Municípios do RN em 18/10/2021. Além disso, noticiou a contratação da COOPEDU (Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado do Rio Grande do Norte), sediada em Monte Alegre/RN, a qual, segundo o Denunciante, estaria proibida por lei de contratar com o Poder Público, em virtude do Enunciado da Súmula nº 281<sup>1</sup> do TCU.

3. Aduz, ainda, que o aludido contrato fora publicado no Diário Oficial dos Municípios do RN em 02/06/2021, edição nº 2540, e teve por objeto a contratação de 56 servidores, sem a realização de concurso, a despeito de haver, no mesmo período, concurso público em plena validade, executado pela FUNCERN.

4. Encaminhados os autos à DAM, a fim de que fosse realizada a instrução preliminar sumária, a Unidade Técnica produziu Informação Preliminar hospedada ao evento 07.

5. Na aludida Informação, destacou o Corpo Instrutivo que, em consulta ao site da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte, identificara o Edital nº 01/2019 do Concurso Público das Prefeituras e Câmaras Municipais do Mato Grande Potiguar. Verificou, também, que o prazo de validade do concurso seria de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da

---

<sup>1</sup> **Súmula nº 281** - É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

homologação do Resultado Final no Diário Oficial da FEMURN, com a possibilidade de prorrogação por uma única vez, por mais 2 (dois) anos.

6. Constatou a Unidade Instrutiva, através de busca ao *site* da FEMURN, que a publicação da homologação do concurso ocorrera em 17 de fevereiro de 2020, bem como que teria havido a prorrogação do prazo de validade, em 06 de janeiro de 2022, de modo que o certame teria validade até 16/02/2024.

7. Aduziu que, em consulta ao Diário Oficial dos Municípios do RN, teria detectado a publicação de seis processos seletivos simplificados, os quais visariam à contratação temporária para diversos cargos públicos. Nessa linha, identificou a DAM que as funções contratadas integrariam os serviços ordinários permanentes da municipalidade, não subsistindo, assim, na espécie, o requisito básico do excepcional interesse público.

8. Entendeu, por sua vez, o Corpo Técnico que esse tópico da Denúncia versaria sobre matéria de competência da Diretoria de Despesa com Pessoal – DDP, conforme disciplinado pelo artigo 16, da Lei Complementar Estadual nº 411/2010. Diante disso, sugeriu que fosse determinado o encaminhamento da demanda àquela Unidade Instrutiva.

9. Doutro aspecto, asseverou a DAM que seria possível a participação de cooperativas em licitações públicas que possuíssem por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstos em seu objeto social, conforme estipularia o art. 10, §2º, da Lei nº 12.690/12. Acrescentou, entretanto, que a respectiva contratação não poderia ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada, consoante art. 5º do mesmo diploma legal.

10. Nesse passo, observou no Estatuto da COOPEDU, constante no Portal de Compras Públicas, que o seu objeto social teria como base a colaboração na prestação de serviços técnicos profissionais nas diversas áreas da educação.

11. Nesse diapasão, concluiu a Unidade Instrutiva que os serviços de auxiliar de serviços gerais, merendeira, porteiro, motorista de transporte escolar e auxiliar administrativo não estariam compreendidos no escopo dos serviços, operações e atividades previstas no objeto social da COOPEDU.

12. Segundo, ainda, o Corpo Técnico, relativamente à caracterização do vínculo empregatício, poder-se-ia inferir que, pela natureza dos serviços licitados, as atividades possuiriam os atributos de subordinação, pessoalidade e habitualidade. Nessa toada, observou que os serviços de auxiliar de serviços gerais, porteiro, motorista de transporte escolar e auxiliar administrativo estariam compreendidos na lista de serviços constantes do Termo de Conciliação Judicial firmado entre AGU e MPT, o qual vedaria a sua execução através de cooperativas.

13. Nesse contexto, analisando os aspectos da materialidade, risco e relevância, aludiu a DAM que, de acordo com a consulta ao *site* do Diário Oficial dos Municípios do RN – FEMURN, a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 13/2021, datada de 02/06/2021, apresentaria o valor de R\$ 1.031.562,00 (um milhão, trinta e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais).

14. Consoante a DAM, ainda no *site* da FEMURN, ter-se-ia verificado o extrato do contrato, datado de 03/01/2022, com vigência até 31/12/2022, no valor de R\$ 658.784,49 (seiscentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos). Outrossim, visualizara o primeiro termo aditivo ao Contrato nº 04/2022, o qual objetivava a prorrogação do prazo de vigência do instrumento contratual firmado com a COOPEDU, informando a vigência a partir de 01/09/2022 a 01/09/2023. Nessas circunstâncias, considerou a Unidade Instrutiva que restaria caracterizada a alta materialidade da Denúncia apresentada.

15. Demais disso, indicou o risco de ocorrência de prejuízo ao erário em virtude de eventual responsabilização da Administração Pública por débitos trabalhistas eventualmente não adimplidos pela Cooperativa em tela.

16. Por derradeiro, em que pese não tenha sido expressamente realizado pleito cautelar na presente Denúncia, sindicalizou a DAM que eventual concessão de medida acautelatória, suspendendo o Contrato nº 04/2022, firmado com a COOPEDU, poderia ocasionar prejuízos à prestação de serviços nas escolas do Município. Isso porque, para a Unidade Instrutiva, tal conduta não se coadunaria com o bom andamento da gestão do serviço público, tendo, inclusive, o condão de caracterizar o *periculum in mora* reverso. Nesse sentido, propugnou que, na situação vertente, não restaria cabível intervenção cautelar.

17. Nesse contexto, **admito a presente Denúncia**, nos moldes do art. 15, da Resolução n.º 16/2020-TCE, **devendo ser levantado o seu caráter sigiloso, contudo, mantenho o rito seletivo.**

18. Diante do exposto, **determino o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria de Expediente – DE para que efetue o levantamento do caráter sigiloso da presente demanda**, devendo ser **mantido seu caráter seletivo e prioritário**, de acordo com o art. 2º, parágrafo único, da Resolução n.º 009/2011-TC.

19. Ato contínuo, acatando a sugestão do Corpo Técnico, determino **a remessa dos autos à Diretoria de Despesa com Pessoal – DDP, para que analise os processos seletivos simplificados, os quais visariam à contratação temporária para diversos cargos públicos no âmbito da municipalidade**, consoante sindicalizado pela DAM, tendo em vista o disposto no artigo 16, da Lei Complementar Estadual nº 411/2010.

20. Ato contínuo, devem os autos retornar a este gabinete, para que sejam determinadas **as demais providências elencadas nas subalíneas “c.1” e “c.2”, da alínea “c”, do parágrafo 47, da Informação Técnica acostada ao evento 07 dos autos.**

*(assinado digitalmente)*  
**ANTONIO ED SOUZA SANTANA**  
Conselheiro-Substituto